



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904 - (11) 2171-6509

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2016



J.J.S.
P. (illegible)

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	4
2.	ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS:	5
2.1	ADMINISTRATIVA	5
2.1.1	Monitoramento na fiscalização do contrato nº 210/2012	5
2.1.2	Monitoramento da auditoria no serviço de malote e correios	6
2.1.3	Auditoria nos contratos de vigilância patrimonial	6
2.1.4	Monitoramento à Auditoria efetuada no Almoxarifado Central	7
2.1.5	Monitoramento à Auditoria no Sistema de Controle Patrimonial	7
2.1.6	Monitoramento do Sistema de Frotas	8
2.1.7	Auditoria na atuação da CPMI	9
2.1.8	Fiscalização em prédios do Interior iniciados em 2015	9
2.1.9	Auditoria nos contratos de ar-condicionado	10
2.1.10	Auditoria de Gestão nos contratos de aquisição de galão de água	11
2.1.11	Fiscalização em prédios do interior - Carapicuíba	12
2.1.12	Fiscalização em prédios do interior - Mauá	13
2.1.13	Auditoria nos contratos de limpeza	14
2.2	ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	15
2.2.1	Monitoramento da auditoria no processo de readaptação	15
2.2.2	Auditoria no controle interno administrativo: concessão de licença-prêmio	15
2.2.3	Auditoria em Folha de Pagamento - Servidores: Incorporações (LC 924/02)	16
2.2.4	Auditoria nas Concessões de Licença-Saúde	17
2.2.5	Auditoria na Concessão do Auxílio creche-escola	18
2.2.6	Auditoria na Concessão de Auxílio Funeral	18
2.2.7	Fiscalização nos Atos de Gestão de Pessoal (desligamento)	19
2.3	ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	20
2.3.1	Auditoria de Gestão de pagamentos de notas fiscais	20
2.3.2	Auditoria especial para verificação da conformidade de valores e atestes dos serviços prestados de contrato de TI - RA 27/2016	21
2.3.3	Auditoria de Gestão das despesas de custeio - Fóruns do interior - 2016	21
2.3.4	Monitoramento da Auditoria de Gestão dos pagamentos de contrato de serviços de TI	22
2.3.5	Monitoramento de desoneração em obras e serviços de engenharia	23
2.3.6	Acompanhamento da liberação de valores inscritos em Restos a Pagar relativos aos contratos de prestações de serviços de Tecnologia da Informação - TI	24
2.3.7	Fiscalização em prédios do Interior iniciados em 2015	25
2.3.8	Análise de regularidade de despesas com verba de representação	25
2.4	ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL	26
2.4.1	Auditoria Operacional sobre tributo incidente no faturamento de serviço de TI	26
2.4.2	Auditoria Operacional para apuração de diferenças remuneratórias das Planilhas de Formação de Preços x Folha de Pagamento	27
2.4.3	Monitoramento da aplicação das Resoluções CNJ nº 98/09 e 169/13 - RA 3/2013	27
2.4.4	Monitoramento da desoneração em serviços de Tecnologia da Informação	29
2.4.5	Auditoria de Gestão em Distribuição de Verbas - Fóruns do Interior	30



336
Gilio

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.4.6	Grupo de trabalho para elaboração de “Critérios e Procedimentos para Uso do sistema ALX como Ferramenta de Gestão de Materiais”.....	31
2.4.7	Pesquisa da legislação pertinente à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal.....	32
2.5	ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32
2.5.1	Acompanhamento do certame para leilão que equipamentos que não foram utilizados pelo tribunal, objeto de análise do Relatório de Auditoria 42/2010	32
2.5.2	Acompanhamento das recomendações dos relatórios 8 e 9/2012 acerca da auditoria dos equipamentos de informática adquiridos em 2011 e bens de informática doados pelo CNJ	33
2.5.3	Acompanhamento das recomendações do RA 12/2013, que tratou de sistemas de Segurança da Informação	33
2.5.4	Acompanhamento das recomendações do RA 18/2014, relativo à auditoria nos sistemas de informação da área administrativa	34
2.5.5	Acompanhamento das recomendações sobre o nivelamento de TI, contidas no RA 19/2014.....	34
2.5.6	Acompanhamento da Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação, aprovada pelo Plenário do CNJ, para verificar a aderência à Resolução 182/13/CNJ (RA 20/2014).....	35
2.5.7	Conclusão e acompanhamento da Auditoria de Resultados do PUMA (RA 14/2015 - item 5.1 - PAA 2015).....	36
2.5.8	Acompanhamento das recomendações do RA 15/2015 sobre sistemas de Segurança da Informação	37
2.5.9	Auditoria Especial nos contratos de aquisições das licenças Microsoft SQL Server Enterprise 2012 e Windows Server 2012 (RA 23/2016).....	37
2.5.10	Auditoria Especial nos contratos relacionados à construção, manutenção e aparelhamento do Data Center localizado no fórum Hely Lopes Meirelles (RA 24/2016)	38
2.5.11	Auditoria Especial nos contratos 329/2013 e 373/2015, que tratam da prestação de serviços de Suporte Técnico Premier aos produtos da plataforma Microsoft (RA 25/2016)	38
2.5.12	Auditoria Especial no contrato referente ao suporte técnico de primeiro nível aos públicos interno e externo do TJ/SP (RA 26/2016)	39
2.6	ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	41
2.6.1	Acompanhamento das recomendações do Relatório de Auditoria (RA) 21/2014 sobre obras e serviços de engenharia	41
2.6.2	Acompanhamento das recomendações do RA 22/2014 relativo à auditoria em controles internos administrativos da gestão de obras e engenharia	41
2.6.3	Acompanhamento das recomendações do RA 17/2015 sobre a gestão em contratos de obras e serviços de engenharia	42
2.6.4	Conclusão da auditoria sobre a gestão de contratos emergenciais (RA 19/2015).....	42
2.6.5	Auditoria de gestão/operacional em contratos de obras e serviços de engenharia (RA 20/2016) ..	42
2.6.6	Auditoria de gestão/operacional em contratos de obras e serviços de engenharia - Interior (RA 21/2016 - item 6.2 - PAA 2016).....	43
2.6.7	Parecer acerca da proposta de aditamento do contrato nº 119/2013, relativo à prestação de serviços de apoio técnico especializados em arquitetura e engenharia.....	43
3.	APOIO AO CONTROLE EXTERNO (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).....	44
4.	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	45
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49



337
Eduardo

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr - sala 1904- (11) 2171-6509

1. APRESENTAÇÃO

A missão institucional desta unidade é assegurar a legalidade, economicidade e eficiência no desempenho das gestões administrativas. Para tanto, são efetuadas ao longo do ano auditorias internas, inspeções e fiscalizações visando verificar a regularidade dos procedimentos e sistemas adotados pela Instituição na execução de suas atividades, bem como avaliar o grau de adequação às exigências legais e metas estabelecidas, além de assessorar e fornecer à alta Administração as informações gerenciais para tomada de decisões.

Todavia, para cumprimento de sua missão, especialmente considerando a complexidade da maior Corte do país, necessário o constante aprimoramento da estrutura, conhecimento técnico e forma de atuação.

Houve capacitação em técnicas de auditoria em diversas instituições, públicas e privadas. A somatória das horas/aulas de todos os cursos, simpósios e palestras que os integrantes desta DCI participaram alcançou o montante de 4.381 h/a. Tal política de investimento elevou o nível de conhecimento e ampliou as possibilidades de atuação nas mais diversas áreas administrativas desta E. Corte.

Em relação à atuação desta DCI na fiscalização do uso dos recursos públicos, cabe ressaltar que os trabalhos geram benefícios ao erário, mensuráveis e não mensuráveis. Dentre os mensuráveis, no ano de 2016, foram iniciados trabalhos que, segundo previsões melhor detalhadas no decorrer do presente relatório, podem gerar R\$ 29.578.085,58 de economia aos cofres públicos, e a liberação de outros R\$ 10.387.973,07 que estavam desnecessariamente bloqueados para pagamentos de contratos.



118
G. S.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS:

2.1 ADMINISTRATIVA

2.1.1 Monitoramento na fiscalização do contrato nº 210/2012

A auditoria dispôs sobre a fiscalização do contrato 210/2012 - mantido junto à Empresa Wellington Scarparo Botaro para entrega de 10.809 cadeiras azuis, motivada pela constatação de diversas peças com defeito e em desuso.

Constatou-se a necessidade de melhorias nos procedimentos envolvendo aquisição, recebimento e acionamento da garantia contratual as quais foram acolhidas pela SAB.

Efetuada o monitoramento ao acolhimento das recomendações determinadas pela Presidência, constatou-se que as mesmas já foram atendidas ou estão em vias de atendimento, já com plano de ação em curso.

Foi adotado um novo modelo de Termo de Referência com conseqüente aquisição de cadeiras com qualidade superior e a Empresa Wellington Scarparo Botaro, fornecedora do contrato 210/2012, sofreu sanção de multa e impedimento de licitar com a Administração por 5 anos.

Entendendo satisfatórios os resultados obtidos, foi arquivada a Auditoria em 17 de novembro de 2016.



119
Glu

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.1.2 Monitoramento da auditoria no serviço de malote e correios

A auditoria tratou de verificar o fiel cumprimento dos contratos com os Correios bem como a utilização do sistema de Malas & Malotes.

Constatou-se a subutilização do sistema e a pendência de integração do mesmo aos sistemas judiciais.

Manteve-se o monitoramento quanto ao acolhimento das recomendações determinadas pela Presidência, com as constantes consultas a STI sobre o andamento das melhorias que são pré-requisito para atendimento às demais recomendações.

Pendências: Aguardando conclusão das funcionalidades no sistema de Malas e Malotes integrando-a aos sistemas SAJ-PG SAJ-SG e SAJ-Pro para posterior utilização pela SPI e SJ.

2.1.3 Auditoria nos contratos de vigilância patrimonial

Auditoria realizada com o objetivo de examinar os contratos de vigilância patrimonial, aderência à legislação pertinente e ao Caderno Técnico de Serviços Terceirizados (CADTERC), efetuar análise comparativa dos preços praticados, com avaliação da gestão e fiscalização para obtenção de economia ao erário público.

Constatou-se a possibilidade de melhorias, principalmente, quanto à capacitação dos fiscais, vinculação dos valores referenciais dos contratos ao CADTERC e da eficiente fiscalização dos contratos - em razão da responsabilidade subsidiária no eventual inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas.

Nesse exercício, a SAD 4 - Diretoria de Segurança Patrimonial, elaborou *workshops* em todas as RAJs, oferecendo a devida capacitação aos fiscais.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

Efetuada diversos contatos junto a SAB, aguarda-se a manifestação da unidade.

Pendências: Analisada a resposta da SAD, no momento aguarda-se a manifestação da SAB, para análise e elaboração do Relatório Final.

2.1.4 Monitoramento à Auditoria efetuada no Almoxarifado Central

Após novas recomendações determinadas pela Presidência foi elaborado o plano de ação para as devidas ações com os materiais em desuso bem como sobre a implantação das entregas ponto a ponto

Efetuamos o acompanhamento do plano de ação estabelecido e constatou-se que as ações foram atendidas ou estão em vias de atendimento.

Restam apenas 25% do total de tampos de vidro, após o término dos fornecimentos, eventuais novas aquisições serão tratadas excepcionalmente e todos os demais materiais com estoque excedente estão com plano de fornecimento ou desincorporação em curso.

Entendendo satisfatórios os resultados obtidos, foi arquivada a Auditoria em 17 de novembro de 2016.

2.1.5 Monitoramento à Auditoria no Sistema de Controle Patrimonial

Realizada Auditoria no sistema SIP e inspeção, por amostragem, dos bens patrimoniados, constatou-se inconsistente o controle patrimonial.

A fim de corrigir as distorções apuradas, a Presidência acolheu várias recomendações. O estudo alcançou a SAB, SAD, STI e SOF. Das 21 recomendações, seis delas já foram atendidas, sendo que as demais dependem da atualização da Portaria 8448/14 e de Plano de Ação, ambos de responsabilidade da SAB.

120
Euro



J.L.J.
Pires

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Constatou-se nesse exercício a implantação do Sistema SIP em todos os prédios e o envio de ofício aos Juízes Diretores e Secretários responsáveis pelas Unidades Administrativas em pendência de conclusão do Inventário.

Efetuada diversos contatos junto a SAB questionando a conclusão das pendências.

Pendências: Aguardando resposta com a apresentação do Plano de Ação pela SAB, bem como a atualização da Portaria Normativa 8448/2011.

2.1.6 Monitoramento do Sistema de Frotas

Durante auditoria na Secretaria de Administração, foi constatado que o sistema de gerenciamento da frota, módulo integrante do SAJ-ADM, não estava sendo utilizado. Com a determinação da E. Presidência para plena utilização do sistema, elaborou-se projeto piloto para implantação na DARAJ 10, com cursos de capacitação promovidos pela STI.

Concluída a fase piloto, o sistema de frotas foi expandido para todas as Comarcas do interior, já estando disponibilizado a todos os prédios.

Pendências: Constatado que o sistema de frotas necessita de ajuste para inserção de informações sobre manutenção da frota do interior. Aguardando readequação do sistema pela STI, bem como de nova publicação de Portaria normativa sobre a obrigatoriedade da utilização do sistema.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno
Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

122
Quis

2.1.7 Auditoria na atuação da CPMI

Com o objetivo de verificar a obediência ao regramento existente e identificar melhorias no descarte de materiais, foi analisado o fluxograma das atividades da CPMI, dos processos (requisitados por amostragem) que cuidam da destinação de materiais inservíveis e do cadastramento de entidades que podem ser beneficiadas com as doações.

Foi realizada visita à entidade Casa da Criança Nossa Senhora Aparecida, para verificação do aproveitamento das doações recebidas e feita pesquisa do CNPJ das empresas receptoras de doação, para comprovar a finalidade filantrópica das empresas receptoras de doação. O Relatório Preliminar foi devidamente remetido para a SAB.

Efetuada diversos contatos junto a SAB, aguarda-se a manifestação da unidade.

Pendências: Aguardando manifestação da SAB sobre o Relatório Preliminar, para posterior elaboração do relatório final.

2.1.8 Fiscalização em prédios do Interior iniciados em 2015

Nesse exercício foram finalizados os relatórios de auditoria das visitas efetuadas em Santos, Louveira e São Caetano.

Detectou-se oportunidades de melhorias em controle de estoque e gestão de contratos de serviços terceirizados em todas as localidades.

Após o prazo para acolhimento às recomendações apresentadas, foi efetuado o monitoramento às recomendações determinadas pela Presidência.



123
Gisele

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

Em Santos, evidenciou-se a disponibilização de materiais excedentes à RAJ 7, foram aplicados procedimentos para melhorias no controle de estoque e foi implantando o controle de rondas.

Em São Caetano evidenciou-se uma melhora dos espaços utilizados para arquivo e estoque, controle de rondas e utilização do SPD nas unidades para solicitações de materiais da Rede de Suprimentos.

Em Louveira, houve disponibilização de material excedente em estoque, implantação de controle de estoque e melhoria na fiscalização dos contratos envolvendo serviços terceirizados.

Entendendo satisfatórios os resultados obtidos, foram arquivadas as Auditorias.

2.1.9 Auditoria nos contratos de ar-condicionado

A auditoria teve como objetivo verificar a fiscalização aos contratos de ar-condicionado, tanto os de aquisição como os de manutenção.

Constatou-se que as aquisições de equipamentos vêm sendo processada na modalidade Registro de Preços, abastecendo o Almoxarifado Central na medida em que os fornecimentos vão sendo processados. Adverte-se, no entanto, pela necessidade de aperfeiçoamento nos procedimentos de licitação e de fiscalização nos contratos de manutenção. Constatou-se pagamento de manutenção referente a aparelhos não instalados, baixados ou que não pertencem ao Tribunal; grande amplitude nos valores de manutenção e equipamentos ociosos.

Atualmente, os fornecimentos dos equipamentos só são efetuados pelo Almoxarifado Central, mediante comprovação, pela unidade, da possibilidade imediata de instalação dos mesmos.



124
Siqueira

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Enviado o Relatório Final em 18.07.2016 às unidades auditadas - SAB, SAD e DARAJ para atendimento às recomendações determinadas pela Presidência.

Indagada, a DARAJ já se manifestou sobre a instalação dos equipamentos ociosos nas unidades do Interior.

Pendências: Das recomendações que puderam ser aferidas à distância, comprovou-se o não atendimento em sua totalidade, pois os registros das chapas patrimoniais continuam desatualizados no SIP, inclusive para as contratações celebradas após a auditoria. Aguarda-se resposta às requisições de informações à SAD e requisição de informações e documentos à SAB.

2.1.10 Auditoria de Gestão nos contratos de aquisição de galão de água

Esta auditoria teve como objetivo inicial aferir o cumprimento do contrato de fornecimento de galão de água, especificamente no tocante à qualidade da água fornecida. No decorrer dos trabalhos, o foco convergiu para a regularidade da execução e avaliação dos resultados obtidos com a contratação. Para tanto, foram realizadas visitas em prédios constantes do contrato e exames documentais (planilhas e recibos de entrega, notas fiscais e DANFES dos galões de água no período de 01/04/2016 a 30/04/2016).

Dessa análise, conclui-se que o atual modelo de contratação necessita de aperfeiçoamento na gestão, com vistas a se criar mecanismos mais eficientes para controle, fiscalização e análise do produto entregue. O procedimento para garantir a qualidade da água é ineficaz; não há cumprimento do prazo de validade do produto e a maneira como ocorre o transporte dos galões para distribuição é irregular. Além disso, são



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

formalizados aditamentos para aumento da quantidade contratada sem necessidade e os lançamentos do produto no ALX, quando realizado, não possui padronização.

O Relatório Final, contendo as recomendações determinadas pela E. Presidência foi enviado à SAD em 10/08/2016. Posteriormente, em 30/09/2016 a SAD 2.2 solicitou prorrogação de prazo por 30 dias, sendo deferido pela DCI.

Recentemente foi recomendado ao gestor que comunique a Empresa que a mesma se adeque à legislação fiscal no transporte de mercadorias.

O gestor informou a elaboração um manual orientativo aos fiscais de contrato, bem como o frequente contato com a Empresa para acompanhamento das necessárias regularizações.

A unidade auditada encaminhou manifestação sobre o atendimento às recomendações

Pendências: Em análise sobre o acolhimento às recomendações

2.1.11 Fiscalização em prédios do interior - Carapicuíba

Realizada visita *in loco* em 04.08.2016 com o objetivo de verificar os procedimentos de gestão e fiscalização nos contratos de vigilância patrimonial, limpeza, reprografia e motorista, além de aferir a utilização do sistema ALX e estoque físico do almoxarifado da unidade.

Nessa oportunidade, em conjunto com a DCI 3, constatou-se a necessidade de aperfeiçoamento tanto na organização básica de documentos e materiais, quanto na fiscalização da prestação dos serviços terceirizados.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

326
Silva

O Relatório Final, contendo as recomendações determinadas pela E. Presidência foi enviado à Comarca em 13.10.2016 com prazo de 90 dias para tomada de ações.

Foi efetuada visita à unidade para orientação e suporte relativos às recomendações da auditoria.

Pendências: Aguardando-se o prazo pra acolhimento às recomendações para então efetuar-se o monitoramento.

2.1.12 Fiscalização em prédios do interior - Mauá

Antes da visita ao Fórum de Mauá, enviou-se uma pesquisa de satisfação aos Chefes de Seção da Comarca, a qual permitiu avaliar previamente a satisfação do público interno com os serviços terceirizados e os materiais de consumo distribuídos pela Administração. Com base nesses dados pudemos direcionar nosso plano de trabalho.

A inspeção *in loco* ocorreu em 10.10.2016, oportunidade em que foram averiguados os procedimentos de gestão e fiscalização nos contratos de vigilância patrimonial, limpeza, reprografia e motorista, além de aferir a utilização do sistema ALX e estoque físico do almoxarifado da unidade.

Durante a vistoria, foi possível constatar que os serviços em comento são eficientemente fiscalizados, com exceção do contrato de limpeza que não estava com o quadro de funcionários completo. Em relação ao controle de estoque, corroborou-se que os materiais adquiridos com a verba não são lançados no sistema ALX.

Convém enfatizar que parte dos achados observados nesta auditoria está com suas regularizações em andamento, demonstrando, portanto, o interesse da Administração em alcançar com celeridade a eficiência na gestão.



127
Glicy

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr - sala 1904- (11) 2171-8509

Pendências: No aguardo de manifestação da unidade sobre o Relatório Preliminar para elaboração do Relatório Final.

2.1.13 Auditoria nos contratos de limpeza

A presente auditoria teve como intuito a verificação do cumprimento dos contratos, a adesão ao CADTERC e a comparação dos preços entre os contratos vigentes.

Após reunião com a gestora do contrato, elaborou-se o planejamento das atividades. Estabeleceu-se o critério para estabelecimento da amostra aonde seriam direcionados nossos trabalhos, procurando-se aferir pelo menos um contrato de todas as Empresas contratadas.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa junto a uma parcela dos funcionários, sobre a qualidade dos serviços de limpeza realizados nas unidades constantes da amostragem, agregando capital e comarcas do interior.

Similarmente, foram requisitadas informações aos fiscais de contratos dessas unidades, colhendo-se, dos exames documentais, a necessidade de aperfeiçoamento na fiscalização.

Pendência: Relatório Preliminar em elaboração.



328
[Handwritten signature]

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8508

2.2 ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

2.2.1 Monitoramento da auditoria no processo de readaptação

Esta auditoria teve como finalidade avaliar o controle interno administrativo e a conformidade dos procedimentos adotados no processo de readaptação com as normas vigentes.

Constatadas insuficiências no controle do monitoramento dos servidores readaptados e desatualização da Portaria nº 7.453/2007, o Relatório Final de Auditoria nº 06/2014 foi encaminhado à SAS com as recomendações da E. Presidência.

A SAS apresentou seu Plano de Ação, que menciona a criação de questionários a serem respondidos pelos readaptados e por seus superiores hierárquicos, para monitoramento das restrições médicas, e também a elaboração de minuta de Portaria para atualização e regulamentação do processo de readaptação, a qual foi encaminhada à E. Presidência.

Pendências: Aguardando cumprimento das recomendações da E. Presidência.

2.2.2 Auditoria no controle interno administrativo: concessão de licença-prêmio

Esta auditoria teve como objetivo analisar a conformidade entre a concessão de licença-prêmio e as respectivas normas.

Observadas algumas concessões irregulares do benefício durante a execução dos trabalhos, o Relatório Final de Auditoria nº 07/2014 foi encaminhado à SGRH contendo a recomendação para elaboração de plano de ação para mitigar o risco de novas concessões irregulares de



129
Eliana

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

benefícios, especialmente visando a unificação dos bancos de dados, ou, na impossibilidade, que contenham informações idênticas.

Posteriormente, a SGRH e a STI informaram que para atendimento do contido no Relatório de Auditoria foram criados dois procedimentos, um paliativo e outro definitivo, e que desde 06/2016 a empresa MPS Informática está desenvolvendo um sistema que suprirá as deficiências apontadas na auditoria. Cumprida a fase de monitoramento, o processo foi arquivado.

Pendências: Concluído.

2.2.3 Auditoria em Folha de Pagamento - Servidores: Incorporações (LC 924/02)

O objetivo desta auditoria foi verificar a aplicação da Lei Complementar nº 924/02 e auferir a contagem dos períodos para concessão das incorporações.

Encaminhado o Relatório Final de Auditoria nº 04/2015 à SGRH, em 11/08/2016, com as recomendações de iniciar estudos visando à simplificação dos procedimentos internos e regularização dos prontuários mencionados nos achados de auditoria.

Conforme e-mail datado de 17/11/2016 da SGRH, o processo que trata do assunto foi encaminhado a E. Presidência, onde se encontra até a presente data.

Pendências: Aguardando cumprimento das recomendações da E. Presidência.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.2.4 Auditoria nas Concessões de Licença-Saúde

Esta auditoria teve como objetivo a análise dos atos de gestão e a conformidade dos procedimentos com a legislação em vigor para concessão de licença-saúde dos servidores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Relatório de Auditoria nº 05/2016 foi encaminhado à SAS, em 19/09/2016, com as seguintes recomendações para aperfeiçoamento na gestão operacional:

I - Elaborar pareceres técnicos utilizando diferentes médicos na análise do pedido de reconsideração e no de recurso

II - Normatizar critérios para agendamento de perícias médicas;

III - Instituir controles auditáveis que registrem os atos e procedimentos dos servidores durante o processo de escolha do médico credenciado;

IV - Verificar a manutenção da obrigatoriedade dos itens constantes dos Comunicados SAS nºs 28/2011, 39/2013, 49/2013 e 05/2014.

V - Dar continuidade no processo de credenciamento de novos médicos.

VI - Unificar o procedimento de comunicação de perícia médica aos servidores nos casos de perícia fora da sede regional da SAS.

Com relação ao item V, encontra-se aberto novo processo de credenciamento. No aguardo de manifestação da unidade quanto às demais ações para acolhimento das recomendações.

Pendências: Aguardando cumprimento das recomendações da E. Presidência.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.2.5 Auditoria na Concessão do Auxílio creche-escola

Esta auditoria teve como objetivo a análise dos atos de gestão e a conformidade dos procedimentos com a legislação em vigor para concessão do auxílio creche-escola e do Programa Especial aos servidores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O Relatório Preliminar de Auditoria nº 07/2016 foi encaminhado a SGRH em 01/11/2016 com as seguintes recomendações:

- I - Regulamentar, internamente, os itens que compõe a renda líquida, para fins de cálculo da renda per capita.
- II - Criar plano de ação para acompanhamento dos dados cadastrais.
- III - Enfatizar no Termo de Compromisso a obrigatoriedade do artigo 13 da Portaria nº 7390/2007.
- IV - Criar plano de ação para adequação dos controles internos do setor.
- V - Elaborar estudo para eventual análise da SAS antes da concessão do programa especial
- VI - Realizar campanha de divulgação no site do TJSP e no Portal do Servidor das condições necessárias para a concessão do Programa Especial.

Pendências: Elaboração do Relatório Final.

2.2.6 Auditoria na Concessão de Auxílio Funeral

Esta auditoria teve como objetivo a análise dos atos de gestão e a conformidade dos procedimentos com a legislação em vigor para pagamento de benefício assistencial de auxílio funeral ao cônjuge, companheiro(a) ou na sua falta, à pessoa que provar ter sido responsável



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

pelas despesas em virtude de óbito de servidor ativo ou aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Foi encaminhado Relatório Preliminar de Auditoria nº 06/2016 à SGRH, com as recomendações de disponibilizar na intranet a Portaria 8.889/2014, atualização do requerimento com a inclusão da apresentação de cópia do CPF do requerente e observação da apresentação dos documentos elencados na legislação em questão. A área se manifestou informando o cumprimento de todas as recomendações.

Foi elaborado Relatório Final de Auditoria nº 06/2016 e o processo arquivado, conforme despacho da E. Presidência.

Pendências: Concluído.

2.2.7 Fiscalização nos Atos de Gestão de Pessoal (desligamento)

Tem a finalidade de analisar os atos de gestão e a conformidade dos procedimentos para regularização de débitos pendentes, quando do desligamento do servidor por falecimento, exoneração, dispensa e à bem do serviço público. A auditoria está em andamento, com a requisição de processos de servidores que foram desligados no primeiro semestre de 2016.

Pendências: Análise dos processos requisitados.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno
Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.3 ÁREA DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

2.3.1 Auditoria de Gestão de pagamentos de notas fiscais

A auditoria iniciada em 2015 com o objetivo de identificar os motivos que causam o pagamento de multa e juros de mora em razão de atraso no recolhimento de impostos, sobretudo, sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nas hipóteses de obrigatoriedade de retenção na fonte de impostos relativos à prestação de serviços terceirizados.

Após análise técnica da Assessoria Jurisdicional do Gabinete Civil deste Tribunal, não foi possível sustentar a recomendação indicada no Relatório Preliminar nº 7/2015, em razão de divergência de interpretação de norma legal.

Assim, no decorrer do exercício de 2016, seguindo outro viés para mitigar tais encargos foi realizado um trabalho de conscientização com os gestores de contratos de prestadores de serviços de limpeza, vigilância e motoristas, com o intuito de acelerar o fluxo da nota fiscal desde a emissão pelo prestador de serviço até a realização do pagamento pelo TJSP, evitando-se assim pagamentos intempestivos.

Almeja-se, ao final, otimização na utilização dos recursos orçamentários, assim como dos recursos humanos pertinentes a essa atividade com a diminuição da carga de trabalho operacional na contabilização desses encargos.

Pendência: Apuração do resultado obtido decorrente da estratégia traçada em 2016, para conclusão do trabalho.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.3.2 Auditoria especial para verificação da conformidade de valores e atestes dos serviços prestados de contrato de TI - RA 27/2016

A auditoria focou na análise de conformidade dos atestes de notas fiscais por servidores e dos valores faturados, em consonância com as responsabilidades atribuídas aos gestores, fiscais administrativos e fiscais do contrato analisado, conforme disposto no Provimento CSM 2.138/2013.

Com base na conclusão das amostras analisadas as principais recomendações (RA 27/2016) foram no sentido de (i) orientar aos servidores que somente aqueles designados podem atestar as notas fiscais, (ii) abertura de procedimento para eventual restituição dos valores pagos a maior e (iii) abertura de procedimento para análise da existência de outros pagamentos por dias trabalhados em feriados e ponto facultativo, durante toda a vigência contratual.

Potencial Benefício Econômico: Restituição estimada em **R\$ 75.964,52**, a ser acrescida de atualização monetária e de eventuais valores a ser apurado em procedimentos instaurados para levantamento de demais pagamentos indevidos, em andamento.

Pendências: Monitoramento do andamento dos procedimentos instaurados pela Secretaria de Tecnologia da Informação - STI.

2.3.3 Auditoria de Gestão das despesas de custeio - Fóruns do interior - 2016

Análise documental e fiscalização in loco realizada em 2016 nos Fóruns das Comarcas de Carapicuíba e Mauá referentes à aplicação das normas pertinentes e avaliação da gestão administrativa predial quanto (i) à utilização da verba distribuída (ii) ao controle dos bens patrimoniais e (iii) ao controle da frota veicular.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

As recomendações principais foram no sentido de (i) apresentar mais transparência nas pesquisas de preços; orientar e solicitar ao fornecedor a utilização em NF de código tributário adequado para obtenção de isenção de ICMS, quando cabível; observar, antes de efetuar o pagamento de notas fiscais de serviços, a comprovação de dispensa ou a obrigatoriedade de retenção de imposto na fonte de INSS, IR e ISSQN, para os casos cabíveis (ii) regularizar o controle dos bens permanentes mediante conclusão do inventário; (iii) utilizar plenamente os recursos disponíveis no sistema de Frotas.

Pendências: (a) Fórum de Carapicuíba (RA 3/2016): monitoramento da avaliação do cumprimento das recomendações determinadas pela E. Presidência e (b) Fórum de Mauá (RA 14/0216): aguardando manifestação da administração do Relatório Preliminar.

2.3.4 Monitoramento da Auditoria de Gestão dos pagamentos de contrato de serviços de TI

A auditoria realizada em 2015 (RA 9/2015) constatou a ocorrência de pagamentos indevidos relativo à cobrança de prestação de serviço de suporte técnico anterior à conclusão de implantação de sistema.

Em set/2016, o valor apurado foi restituído ao Fundo Especial de Despesa - FED, mediante glosa de fatura de crédito pendente da empresa contratada, que seguidamente solicitou revisão dos cálculos em razão de discordância de critério utilizado por esta Corte na atualização de valores.

Em concordância, esta DCI revisou os cálculos com aplicação de atualização monetária a partir da data de desembolso à empresa, contudo, até a data em que ocorreu a restituição do montante a esta E. Corte.



136
Fico

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Benefício Econômico Efetivo: Montante restituído de **R\$ 626.282,97**, convertido em receita para o Fundo Especial de Despesa - FED, em set/2016.

Benefício Econômico Estimado: Valor de **R\$ 23.327,59**, relativo à diferença entre o montante restituído e o montante revisado e atualizado até set/16.

Pendência: aguardando decisão da A. Administração.

2.3.5 Monitoramento de desoneração em obras e serviços de engenharia

Trabalho de revisão dos contratos que envolvem serviços de obras e engenharia, setor de construção civil, abrangidos pela desoneração da folha de pagamento, em razão da aplicação da Lei nº 12.546/11 que dispõe sobre a substituição da contribuição previdenciária patronal - CPP de 20% sobre a folha de pagamento pela alíquota de 2% de contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB.

Foram autuados pela Secretaria de Abastecimento - SAB 303 processos de desoneração de folha de pagamento relativos à contratação desses serviços, com parcela de mão de obra residente ou eventual, nos quais efetuamos análise documental e contratual, estudo da legislação, requisição de documentos, elaboração de cálculos, assim como apuração da economia estimada com a desoneração, com o propósito de viabilizar a revisão dos contratos.



437
P. Lino

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Processos de desoneração de obras e engenharia - construção civil Total: 303 Processos			
Análise concluída pela DCI 3	Análise pendente ⁽¹⁾	Encerrados e Arquivados pela SAB ⁽²⁾ (sem economia efetiva)	Em trâmite no Tribunal
2015	2016		
301	2	225	76
	303		

⁽¹⁾ 1 processo está em andamento nesta DCI e 1 processo está em trâmite na SAB, com posterior retorno para conclusão de análise, em razão de pendências documentais.

⁽²⁾ Secretaria de Abastecimento.

Ações de monitoramento e execuções em 2016:

225 processos foram encerrados e arquivados;

30 processos foram revisados por esta DCI, em atendimento a esclarecimentos solicitados pelo Grupo Técnico de Assessoria Jurídica - GTAJ, que resultou na apuração de economia estimada no montante de R\$ 5.311,91;

5 processos analisados/revisados tendo em vista juntada de novos documentos.

Pendências: Conclusão de análise de dois processos em andamento e acompanhamento dos processos em trâmite.

2.3.6 Acompanhamento da liberação de valores inscritos em Restos a Pagar relativos aos contratos de prestações de serviços de Tecnologia da Informação - TI

Tratou-se de um plano de ação desta DCI instituído junto à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI para agilizar o trâmite para cancelamento de valores inscritos em Restos a Pagar - Fonte FED, referente aos serviços



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

contratados de empresas de TI, a fim de disponibilizar recursos orçamentários para atendimento de outras demandas deste E. Tribunal.

Dos contratos analisados, inicialmente havia inscrito a importância de R\$ 14.359.839,26 em Restos a Pagar, relativo ao período de 2012 a 2015.

Benefício Econômico Efetivo: Liberação do montante de **R\$ 10.387.973,07**, com posterior retorno ao Fundo Especial de Despesa - FED, para ser utilizado em outras demandas deste E. Tribunal.

Pendências: Aguardando análise da SOF sobre valores ainda inscritos em restos a pagar.

2.3.7 Fiscalização em prédios do Interior iniciados em 2015

As fiscalizações realizadas nos Fóruns Santos, Louveira e São Caetano, no tocante à gestão de contratos e controle de estoque, foram realizadas em conjunto com a DCI 2.1. As atividades desenvolvidas estão descritas no item 2.1.8 do presente relatório.

2.3.8 Análise de regularidade de despesas com verba de representação

Trabalho decorrente da revisão mensal de processos de prestações de contas de adiantamentos com verba de representação que por sua peculiaridade são submetidos diretamente à apreciação do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.4 ÁREA DE GESTÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL

2.4.1 Auditoria Operacional sobre tributo incidente no faturamento de serviço de TI

Auditoria destinada a verificar a veracidade das informações prestadas pelas empresas de Tecnologia e Informação - TI à época da contratação quanto às alíquotas dos tributos cobrados desta E. Corte, em confronto com os valores efetivamente devidos ao fisco pela empresa.

Com base em estudo da legislação tributária relacionados aos tributos incidentes sobre o faturamento, os quais compõem o preço do serviço, foi constatada a aplicação em percentuais acima daqueles exigidos pelo Fisco à empresa, onerando os contratos analisados.

Foram elaborados seis Relatórios de Auditoria (RA 13/2016 "A", "B", "C", "D", "E" e "F"), um para cada contrato analisado, tendo como recomendações a abertura de procedimento visando à readequação contratual e a restituição dos valores pagos a mais por esta E. Corte.

O presente trabalho foi objeto de análise, a pedido da E. Presidência, pela Assessoria Jurisdicional - Gabinete Civil, que emitiu Nota Técnica - Processo nº 2016/154267 - subsidiando as conclusões dos relatórios consistentes na restituição dos valores pagos indevidamente e readequação contratual para redução dos valores, diante da composição da BDI com tributos majorados.

Potencial Benefício Econômico: Restituição e redução de valores estimados¹ em R\$ 20.098.258,62, acrescido de atualização.

Pendência: Monitorar as recomendações acolhidas pela E. Presidência.

¹ O montante foi apurado com base nos valores contratados e a economia efetiva será apurada de acordo com o faturamento realizado contra este E. Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO
 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
 Diretoria de Controle Interno
 Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.4.2 Auditoria Operacional para apuração de diferenças remuneratórias das Planilhas de Formação de Preços x Folha de Pagamento

Trata-se de auditoria especial determinada pela E. Presidência, tendo como objetivo estrito a análise e comparação da veracidade dos valores das remunerações indicadas nas planilhas de Custos e Formação de Preços apresentadas na contratação de mão de obra residente, em confronto com as efetivamente pagas aos funcionários alocados nas dependências desta E. Corte, visando apurar eventuais diferenças remuneratórias, com a identificação de gastos indevidos e consequentemente economia de recursos públicos.

Na conclusão do Relatório de Auditoria (RA 29/2016) ficou comprovada divergência nas remunerações causando oneração do contrato, tendo como recomendações principais a abertura de procedimento para readequação contratual e a restituição dos valores pagos a mais.

O trabalho foi submetido à análise, a pedido da E. Presidência, pela Assessoria Jurisdicional - Gabinete Civil, para emissão de Nota Técnica.

Potenciais Benefícios Econômicos: Possível economia de R\$ 8.130.825,63, a ser acrescido de atualização dos valores e da economia com readequação contratual.

Pendência: Aguardando Nota técnica.

2.4.3 Monitoramento da aplicação das Resoluções CNJ nº 98/09 e 169/13 - RA 3/2013

Trabalho realizado para acompanhamento do plano de ação em atendimento às determinações acolhidas pela E. Presidência, referente à aplicação das Resoluções CNJ 98/09 e 169/13 que dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a

J4J
Guia



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr - sala 1904- (11) 2171-6509

serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça.

Ações de monitoramento em 2016:

⇒ Recomendação do RA 03/2013 - ITEM 8 - Processo 2015/42548:

Acompanhamento da revisão do contrato 37/2012 no qual foi constatado diferenças entre os salários expressos nas planilhas de formação de preço em comparação com os salários auferidos pelos funcionários da empresa.

Esta DCI apurou em 2015 os valores pagos a mais por esta E. Corte, que corresponde ao montante de R\$ 5.651.114,38 (sem correção e acumulado até mar/15) e em 2016 emitiu duas manifestações em atendimento a solicitações.

Pendências: Acompanhamento do andamento do processo.

⇒ Recomendações do RA 03/2013 - Item 13 - Processo 2015/42533

Acompanhamento do trabalho atribuído à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI relativo ao desenvolvimento de Sistema de Controle de Terceirizados, que está em tratativas com empresa terceirizada para levantamento das informações necessárias.

A STI informou que o contrato em vigência não está suportando todas as demandas do TJSP, motivo pelo qual o desenvolvimento do controle de terceirizados está suspenso.

Pendências: Aguardando nova contratação para conclusão do desenvolvimento das fases do Sistema de Controle de Terceirizados.

348
Siqueira



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.4.4 Monitoramento da desoneração em serviços de Tecnologia da Informação

Trabalho iniciado no exercício de 2014 para revisão dos contratos de serviços de Tecnologia da Informação - TI em razão da aplicação da Lei nº 12.546/11 que dispõe sobre a substituição da contribuição previdenciária patronal - CPP de 20% sobre a folha de pagamento pela alíquota de 2% de contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB.

Os cálculos foram realizados de acordo com os critérios estabelecidos em curso promovido pelo CNJ, sendo certo que fatos supervenientes podem alterar o resultado obtido.

Ações de monitoramento e execuções em 2016:

- 2 processos analisados sem apuração de economia;
- 12 processos revisados tendo em vista novos fatos e/ou documentos juntados aos autos, os quais tiveram impacto na economia estimada inicial que passou de R\$ 28.332.649,52 para R\$ 24.281.524,50 no total de 23 processos;
- Dentre os 23 processos com possibilidade de economia de R\$ 24.281.524,50, verificamos em quatro, economia efetiva de R\$ 7.564.488,79 entre restituição e reequilíbrio contratual.



143
Guia

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Processos de desoneração de tecnologia da informação - TI Total: 57 processos								
Análises efetuadas pela DCI 3			Revisões de análise ⁽¹⁾ pela DCI 3		Status do total ⁽²⁾ de processos analisados que resultaram em possibilidade de economia			
2014	2015	2016	2016		2016			
			concluídas	pendentes	reequilíbrio contratual ⁽³⁾	em trâmite	sem economia, após revisão	
20	35	2	12	5	4	19	1	
57			17		24			

⁽¹⁾ em decorrência de juntada de novos documentos e ou esclarecimentos das empresas;

⁽²⁾ dos 57 processos analisados, 24 foram identificados inicialmente com possibilidade de economia;

⁽³⁾ valor de economia efetiva equivalente a R\$ 7.564.488,79, com base nos termos celebrados.

Benefício Econômico Efetivo: Economia de **R\$ 7.564.488,79** relativo à redução e restituição de valores de quatro contratos, conforme termos celebrados em 2016.

Pendências: Confirmação da realização de glosa autorizada em dois contratos, conclusão de revisão de cinco processos e monitoramento dos processos em trâmite.

2.4.5 Auditoria de Gestão em Distribuição de Verbas - Fóruns do Interior

Diante das fiscalizações realizadas em dezembro de 2015 nos Fóruns do Interior de Louveira, Santos e São Caetano do Sul, com o objetivo de analisar a gestão dos recursos oriundos da distribuição de verbas, do controle patrimonial e da frota, foram elaborados em 2016 os Relatórios de Auditoria Preliminares e Finais, bem como o monitoramento das



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Recomendações previstas, as quais foram atendidas e os processos nº 2015/17311 - RA 03/2015 (Louveira), nº 2016/34406 - RA 12/2015 (Santos) e nº 2016/37615 - RA 13/2015 (SCS) arquivados.

Pendências: Não há pendências.

2.4.6 Grupo de trabalho para elaboração de “Critérios e Procedimentos para Uso do sistema ALX como Ferramenta de Gestão de Materiais”

Grupo de trabalho coordenado pela DCI para definir os critérios e procedimentos necessários para a expansão da utilização da ferramenta ALX para controle da totalidade dos materiais de consumo adquiridos pelo TJSP (seja por meio de rede de suprimentos, contrato, compra direta, adiantamento ou distribuição de verba), para uma gestão mais eficaz desses bens e maior controle e transparência dos gastos públicos.

Foram realizadas 10 reuniões, envolvendo servidores das áreas da DCI, SOF, SAB, STI, SAD e DARAJ com a finalidade de estudar a questão e estabelecer os critérios e procedimentos necessários para o controle adequado desses materiais.

A “Proposta de Critérios e Procedimentos para Uso do ALX” resultante deste estudo foi submetida à apreciação dos Secretários da SOF, SAB, SAD e Diretor da DARAJ, para posterior acolhimento da Presidência.

Pendências: Em fase de avaliação e discussão pelas Secretarias envolvidas.

345
G. Lino



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.4.7 Pesquisa da legislação pertinente à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal

Estudo de legislação tributária a fim de fundamentar a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal a cada entrega de mercadorias a esta E. Corte, diante de trabalho de auditoria realizado pela DCI 2 no qual foi identificado recebimento de produtos desacompanhados de nota fiscal.

Pendências: Não há pendências.

2.5 ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.5.1 Acompanhamento do certame para leilão que equipamentos que não foram utilizados pelo tribunal, objeto de análise do Relatório de Auditoria 42/2010

A auditoria constatou que os equipamentos adquiridos para a Solução de Autenticação Biométrica de Assinaturas denominada PenFlow não foram utilizados, em razão de descontinuidade do projeto.

Após deliberações da Alta Administração, que optou pelo leilão dos bens obsoletos e ociosos, foi agendado um certame para 22/5/2016, no entanto, esse restou deserto.

Pendências: Monitorar a destinação desses equipamentos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.5.2 Acompanhamento das recomendações dos relatórios 8 e 9/2012 acerca da auditoria dos equipamentos de informática adquiridos em 2011 e bens de informática doados pelo CNJ

O monitoramento das auditorias foi feito em conjunto, em razão das recomendações para atendimento ao art. 9º, § 2º, da Resolução do CNJ nº 90 de 29 de setembro de 2009², que resultou na adaptação do Sistema de Informações Patrimoniais (SIP) para a movimentação e o gerenciamento dos bens de informática, o que propiciará maior agilidade, eficiência e precisão nos inventários, por meio do envio e recebimento digital.

A área esclareceu que, em 21/6/2016, foi concluída a expansão do SIP a todas as Administrações Prediais do TJ/SP.

Não há pendências.

2.5.3 Acompanhamento das recomendações do RA 12/2013, que tratou de sistemas de Segurança da Informação

Este trabalho resultou em recomendações à área e posteriormente, seu desdobramento foi analisado em outra auditoria que tratou do mesmo tema (RA 15/2015).

De 10 recomendações, uma foi concluída em 11/11/2016, com a publicação da Portaria 9361/2016, que instituiu o Comitê Gestor de Segurança da Informação e outras três demandam acompanhamento recorrente da área.

Pendências: Duas recomendações foram parcialmente atendidas e as demais estão em andamento.

² Deverão ser definidos processos para gestão dos ativos de infraestrutura de TIC do Tribunal, de acordo com as melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais, notadamente no que tange ao registro e acompanhamento da localização de cada equipamento.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.5.4 Acompanhamento das recomendações do RA 18/2014, relativo à auditoria nos sistemas de informação da área administrativa

A área auditada prestou informações demonstrando que o plano de ações elaborado em atenção às recomendações do Relatório de Auditoria está sendo cumprido. Ademais o Grupo Técnico de Assessoria Jurídica discorreu sobre a restituição dos valores pagos pelo desenvolvimento do Sistema CAPnet (Parecer 1747/2016), de modo que a fase de acompanhamento foi encerrada.

Não há pendências.

2.5.5 Acompanhamento das recomendações sobre o nivelamento de TI, contidas no RA 19/2014

Juntamente com a D. Assessoria da E. Presidente e a Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos, a área vem tratando da designação mínima de funcionários efetivos. A SPRH ressaltou que a designação de posto de trabalho é de competência exclusiva da E. Presidência, cabendo a ela, apenas o cumprimento de determinações.

Em atenção ao § 5º, art. 2º da Res. 90/09/CNJ, que trata da promoção e fixação de recursos humanos na área de TI, a Secretaria frisou o pleito relativo ao recebimento de gratificação de representação, evidenciado na Portaria 9359/2016, que previu em seu artigo 3º, inc. VIII, a gratificação específica para área de TI.

Pendências: As recomendações que tratam da instituição do Plano Anual de Capacitação e a normatização dos processos de trabalho e de gestão das contratações ainda não foram cumpridas.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

2.5.6 Acompanhamento da Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação, aprovada pelo Plenário do CNJ, para verificar a aderência à Resolução 182/13/CNJ (RA 20/2014)

A Ação Coordenada verificou a aderência da gestão de contratação de soluções de tecnologia da informação à Resolução 182/2013 do CNJ e recomendou que:

- I. O Plano de Contratações atendessem, no mínimo, às disposições do Art. 7º, § 4º da Resolução 182/2013 do CNJ³;
- II. Os Documentos de Oficialização de Demanda, quando recepcionados sem a descrição da necessidade, demonstrativo de resultados, indicação do Integrante Demandante, ou outras informações indispensáveis, sejam devolvidos às áreas demandantes para a regularização, a fim de atender às disposições do art. 12, § 5º;
- III. A Secretaria buscassem orientações da SEPLAN para a realização da análise e gestão de riscos nos processos de contratação;
- IV. Todos os elementos mínimos do art. 18, § 3º da Res 182/13/CNJ, que não estiverem prejudicados nas contratações, constem do Termo de Referência, e
- V. A área de planejamento das contratações iniciasse os estudos para regulamentar o processo de trabalho e a gestão de contratação, de acordo com as peculiaridades desta Instituição e em conformidade com a Res. 182/13/CNJ, a fim de cumprir o art. 22, inc. II, da resolução.

³ § 4º O Plano de Contratações de STIC deverá conter, no mínimo:

I - indicação das unidades demandantes por Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação para o ano vindouro;

II - prazos de entrega dos Estudos Preliminares da STIC e dos Projetos Básicos ou Termos de Referência de cada uma das contratações pretendidas;

III - indicação da fonte de recurso de acordo com a proposta orçamentária do órgão.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

O formulário denominado Planejamento da Contratação, disponibilizado pela STI, atende as orientações do item I.

A área relatou os procedimentos para atendimento dos itens II, III e IV, que serão objetos de exame em auditorias relacionadas à gestão de contratos.

Pendências: Para atender o item V, a STI relatou que os softwares para a automação dos procedimentos de trabalho estão em fase licitação e o Plano de Contratações de TI deve ser publicado em fevereiro de 2017.

2.5.7 Conclusão e acompanhamento da Auditoria de Resultados do PUMA (RA 14/2015 - item 5.1 - PAA 2015)

Em 20/11/2016, esta Diretoria solicitou informações atualizadas, relativas às recomendações 6.9.1 e 6.9.2, as quais orientaram a abertura de procedimentos para averiguar a regularidade do pagamento relativo ao treinamento a distância de 3078 funcionários, quando apenas 860 foram capacitados; e visando o ressarcimento do montante incluído a título de contingência (R\$ 1.273.036,81), entretanto, embora o plano de ações daquela Secretaria tenha sido elaborado em março de 2016, os protocolos 2016/196350 e 2016/196356 que tratam dessas recomendações, foram autuados apenas no 4/11/2016.

Pendências: cumprimento das recomendações citadas, sobrestadas por sete meses.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.5.8 Acompanhamento das recomendações do RA 15/2015 sobre sistemas de Segurança da Informação

Este trabalho acompanhou o desdobramento de 10 recomendações do Relatório de Auditoria 12/2013 e fez novas orientações relativas ao tema.

A Secretaria está promovendo workshops presenciais, distribuindo cartilhas de conscientização, em atenção à recomendação relativa aos planos anuais de capacitação voltados à Segurança da Informação, como também, concluiu o modelo de alerta de segurança e o processo de gestão de incidentes e eventos de SI.

Pendências: O cumprimento das recomendações atinentes à observância do quantitativo de profissionais efetivos para atuação na área de Segurança, bem como a adequação física da área, depende de intervenção da Alta Administração.

2.5.9 Auditoria Especial nos contratos de aquisições das licenças Microsoft SQL Server Enterprise 2012 e Windows Server 2012 (RA 23/2016)

A auditoria analisou os contratos 16 e 17/2013, referentes à aquisição de 2.000 licenças de uso Microsoft SQL Server Enterprise 2012 e 2.048 licenças de uso Windows Server 2012, respectivamente. As licenças foram adequadamente mensuradas para a quantidade de equipamentos em uso à época e outros que estavam na iminência de serem obtidos pela Instituição. Todavia, aproximadamente, 50% das licenças estavam ociosas, conforme demonstrado pelos dados enviados pela própria área auditada. Contudo, de acordo com informação prestada pela área no RA 24/2016, a quantidade de licenças SQL ociosas diminuiu consideravelmente em relação ao número apurado, de 1.377 para 737.

Não há pendências.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr - sala 1904- (11) 2171-6509

2.5.10 Auditoria Especial nos contratos relacionados à construção, manutenção e aparelhamento do Data Center localizado no fórum Hely Lopes Meirelles (RA 24/2016)

A auditoria analisou os nove contratos, relacionados à operacionalização do Data Center próprio do TJSP, e orientou a Secretaria no sentido de:

- I. Intensificar a análise de viabilidade para a instalação de um segundo Centro de Dados próprio, a fim de eliminar gastos com contratos de Colocation; eventual transposição dos links de interconexão e riscos relacionados ao Moving;
- II. Prolongar o uso dos equipamentos e programas adquiridos, inclusive aqueles que eventualmente estejam sem garantia, desde que não haja impactos no desempenho e na segurança dos sistemas;
- III. Observância no planejamento das contratações, para que eventuais aditamentos contemplem ajustes mínimos em relação ao quantitativo; e
- IV. Que a Instituição priorize o atendimento às recomendações dos Relatórios de Auditoria 9/2013, 19/2014 e 15/2015, relativas à adequação do quadro funcional da STI e aos referenciais estabelecidos na Resolução do CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015.

Pendências: Aguardando a apresentação do Plano de Ações visando o cumprimento das recomendações.

2.5.11 Auditoria Especial nos contratos 329/2013 e 373/2015, que tratam da prestação de serviços de Suporte Técnico Premier aos produtos da plataforma Microsoft (RA 25/2016)

Concluiu-se que a Secretaria deve aprimorar alguns aspectos relacionados à gestão e obter o apoio institucional para o cumprimento do art. 13, § 2º,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

da Resolução nº 211/2015 , sobretudo, pela implantação do processo digital, recomendando:

O aprimoramento de métodos para aferição da quantidade de horas despendidas por serviços executados;

Maior cautela aos gestores quando a variação de valores não for observada em notas fiscais relativas à prestação de serviços baseada em horas, especialmente, quando o valor faturado for idêntico ao previsto no cronograma financeiro;

O apoio institucional à Secretaria de Tecnologia da Informação no sentido de dar cumprimento às disposições da Resolução nº 211, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, em especial, o art. 13, para que os fiscais dos contratos (técnico e administrativo) não sejam indicados para a fiscalização de contratações complexas e de grande vulto, cuja execução ocorra em concomitância, e

Que a Secretaria utilize os estudos, iniciados à época da auditoria que verificou o nivelamento de TI (Relatório 19/2014), em atenção ao art. 13, § 2º, da Resolução nº 211/2015 do CNJ.

Pendências: Acompanhamento das tratativas para atendimento das recomendações, cujo cumprimento será verificado em outras auditorias.

2.5.12 Auditoria Especial no contrato referente ao suporte técnico de primeiro nível aos públicos interno e externo do TJ/SP (RA 26/2016)

Dentre os serviços presentes nos contratos analisados, destaca-se o Help Desk ao público interno, que atendia aproximadamente 19 mil chamados. Posteriormente, com a expectativa de aumento da demanda de chamados, ante a expansão do processo digital, o serviço foi atrelado ao contrato 236/2015, após a supressão do objeto nos contratos 321, 322 e 323/2011.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Ao passo que houve um grande aumento nos valores pagos, foi constatada a diminuição da média de atendimentos mensais. Assim, antes a Instituição pagava R\$ 10 milhões anuais para atendimento de 19 mil chamados; agora, desembolsa cerca de R\$ 45 milhões ao ano para atendimento de apenas 12 mil chamados.

Evidenciou-se falha no planejamento, pois mesmo com a expansão do processo digital para as Comarcas do Interior, não houve aumento do número de chamados técnicos, como havia preconizado a unidade auditada. Ao contrário, ocorreu significativo decréscimo.

Na nova contratação, os valores pactuados ficaram atrelados à quantidade de unidades e prédios do TJ/SP, sendo assim, o valor contratual teve aumento de 348,88%.

As recomendações orientaram:

- I. A abertura de procedimento para repactuação do contrato no. 236/2015, tendo como parâmetro de preço aqueles serviços de atendimento de primeiro nível constantes nos contratos nos. 321, 322 e 323/2011, acrescidos de itens presentes apenas no contrato 236/2015, como a infraestrutura e suporte externo;
- II. Abertura de procedimento visando a restituição de pagamentos que eventualmente ultrapassaram os valores repactuados; e
- III. O início de planejamento para licitação dos serviços de suporte de primeiro nível ou, mediante prévia análise de vantajosidade, aditamento de contrato de Help Desk, mantido com outra prestadora de serviço.

Pendências: Aguardando deliberações da E. Presidência acerca do Relatório de Auditoria.

**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

2.6 ÁREA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

2.6.1 Acompanhamento das recomendações do Relatório de Auditoria (RA) 21/2014 sobre obras e serviços de engenharia

Em maio de 2016, o acompanhamento constatou o cumprimento do plano de ações elaborado em atenção às recomendações.

Não há pendências.

2.6.2 Acompanhamento das recomendações do RA 22/2014 relativo à auditoria em controles internos administrativos da gestão de obras e engenharia

Durante o exercício de 2016, foram solicitadas diversas informações acerca do cumprimento dos planos de ações elaborados pelas Secretarias da Administração e Planejamento Estratégico.

A conclusão do acompanhamento está prevista para 2017, época em que as áreas devem concluir os cronogramas apresentados.

Pendências: SAD - Concluir a revisão das Normas para Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (NS SAD1-0036) e editar norma de serviço que institua procedimentos especificamente para Obras e Serviços de Engenharia, para disciplinar o Capítulo II "DO PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES" do Provimento 2138/13/TJSP; **SEPLAN** - Concluir a revisão do cronograma voltado à capacitação em gestão de riscos.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr - sala 1904- (11) 2171-8509

2.6.3 Acompanhamento das recomendações do RA 17/2015 sobre a gestão em contratos de obras e serviços de engenharia

Os itens 7.1 a 7.3 do relatório orientaram que as cláusulas contratuais tenham o objeto claramente definido; a abertura de procedimento apuratório; e a advertência aos servidores da unidade auditada para que cumpram com maior rigor às disposições constantes da Lei de Licitações, entretanto, os itens 7.2 e 7.3 foram atendidos.

Não há pendências, pois o atendimento ao item 7.1 deverá ser verificado nas próximas contratações.

2.6.4 Conclusão da auditoria sobre a gestão de contratos emergenciais (RA 19/2015)

A auditoria em epígrafe avaliou a regularidade de contratações emergenciais de obras e serviços de engenharia de 2014 e 2015, recomendando observância à necessidade de planilha de formação de preços unitários com o devido detalhamento da Bonificação de Despesas Indiretas, inclusive em contratações emergenciais.

A Secretaria de Administração se manifestou no sentido de que adotaria a recomendação.

Não há pendências.

2.6.5 Auditoria de gestão/operacional em contratos de obras e serviços de engenharia (RA 20/2016)

O trabalho selecionou o contrato da implantação do Cartório do Futuro - Fase II, mais reformas pontuais em salas no 16º e 20º pavimentos do Fórum João Mendes Júnior.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
 Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

O relatório preliminar apontou falhas de planejamento relativo às supressões e a validação do orçamento com itens que foram redefinidos no decorrer da obra, além do aditamento extemporâneo à vigência contratual e irregularidades no recebimento dos serviços.

Pendências: Análise das manifestações em atenção ao Relatório Preliminar.

2.6.6 Auditoria de gestão/operacional em contratos de obras e serviços de engenharia - Interior (RA 21/2016 - item 6.2 - PAA 2016)

O trabalho está na fase de análise dos objetos e elaboração do relatório preliminar.

2.6.7 Parecer acerca da proposta de aditamento do contrato nº 119/2013, relativo à prestação de serviços de apoio técnico especializados em arquitetura e engenharia

O trabalho analisou:

- I. O r. Parecer da Exma. Desembargadora Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti Mendes, Coordenadora do Projeto de Restauo do Palácio da Justiça, acerca do pedido de aditivo contratual elaborado pelo Consórcio Concremat/Argeplan;
- II. As alegações das áreas em atenção ao r. Parecer da Desembargadora Coordenadora do Projeto; e
- III. O processo referente à contratação para prestação de serviços de apoio técnico especializados em arquitetura e engenharia, incluindo assessoria, consultoria, coordenação, supervisão, avaliação e



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr - sala 1904- (11) 2171-6509

execução de levantamentos, estudos, projetos e atividades afins e correlatas.

A Desembargadora Coordenadora do Projeto fez diversos apontamentos⁴, os quais foram individualmente confrontados com as alegações das áreas envolvidas e com o processo de contratação.

O Parecer desta Diretoria (1/2016) entendeu não haver óbice para o prosseguimento da matéria, desde que a Administração: a) mantenha a fiscalização do restauro do Palácio a cargo dos arquitetos do quadro de efetivos deste E. TJ/SP; b) vincule o "Resumo de Alocação de Recursos" ao aditamento, com a juntada, nos autos da contratação, do estudo que justificou os percentuais nele contidos; e c) justifique o acréscimo de mais sete profissionais para as atividades de acompanhamento.

Não há pendências.

3. APOIO AO CONTROLE EXTERNO (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo)

Em fevereiro e março esta unidade deu apoio ao TCE/SP, alocando seus auditores nas dependências desta diretoria, acompanhando-os em diversos setores e intermediando ou providenciando todas as informações e documentos requisitados nas semanas em que a auditoria anual⁵ foi realizada.

⁴ Apontamentos sobre o objeto do contrato; acompanhamento de obras; vigência contratual; controle de horas trabalhadas; exigência de certidões de acervo técnico; conflito de interesses; análise de interesse público; justificativa para a contratação; atrasos em projetos; mensuração de horas; valoração de horas; pesquisa de preço; pedido de aditivo; contratação de mais profissionais; aferição dos serviços executados; percentual de execução; comprovações dos deslocamentos e estadias; planilhas de controle; especificação e valoração de projetos; especificação e valoração de projetos de combate a incêndio; execução de demandas; critérios para a mensuração de valores; justificativa para os aditamentos; ateste e recebimento; empresas contratadas de um mesmo grupo; honorários profissionais; fiscalização de obras etc.

⁵ Prevista no artigo 564, Seção XIII, Capítulo I, Título III da Instrução TC 01/2008 e inciso V, artigo 2º, da Portaria 7.800/2010



158
Pia

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

Acompanhamento: abril a dezembro

4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Alex Rodrigues da Rosa	I Ciclo de Palestras - "O Assédio Moral no Âmbito do Serviço Público" (EJUS) Curso de Direito Administrativo (EJUS) Palestra "Fiscalização de Contratos de Obras Públicas em Órgãos Estaduais" (TCE/SP) Palestra "Gestão de Riscos" (TJM/SP) Palestra "Licitações e Contratos" (TCE/SP) Seminário Internacional Auditoria Governança e Accountability (TCE/SP)
Ciro Alencar de Carvalho	Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ - CEAJUD (CNJ) Curso de Introdução à Gestão de Projetos (ENAP) Curso de Introdução à Interoperabilidade (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP) Palestra "Gestão de Riscos" (TJM/SP) Palestra "Licitações e Contratos" (TCE/SP) Programa Cuide de sua Mente - O Assédio Moral no âmbito do Serviço Público (EJUS) Seminário Internacional Auditoria Governança e Accountability (TCE/SP)
Douglas Alaor Franco Martins	Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática na Educação II Seminário Internacional de Boa Governança (TCE/SP) Palestra "Fiscalização de Contratos de Obras Públicas em Órgãos Estaduais" (TCE/SP) Palestra "Gestão de Riscos" (TJM/SP)
Dulce Toyoko Kuniyoshi	Humanização no Acolhimento e nas Práticas do Voluntariado: Contadores de Histórias - EJUS - 2h Workshop TJ Sustentável - EJUS - 2h Programa Servidor em Foco - O Poder do Entusiasmo e a Força da Paixão para Vencer os Desafios do Mundo Moderno e do Trabalho - EJUS - 2h Seminário Nacional de Controle Externo dos RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social - TCESP - 8h30 Licitações e Contratos - TCESP - 7h XIV Semana Jurídica - TCESP - 15h Palestra Gestão de Risco - TJM - 2h Pós Graduação: Gestão de Recursos Humanos - FAVENI - 420h Palestra Tratamento x Cura - Prevenção e Detecção Precoce de Doenças - 2h Palestra Saúde e Bem-Estar - EJUS - 2h Improbidade Administrativa - Curso EAD CNJ - 20h
Eleni Pazin	Curso Sigeo-Biee - Fazesp - 17,5h Licitações e Contratos - Gestão de Contratos - TCESP - 7 h Seminário Internacional Auditoria, Governança e Accountability - OCDE/OECD - TCE - 6h Palestra Programa Cuide de sua Mente - Depressão - EJUS - 2h Comunicação Eficaz: Motivando Pessoal e Organizações - EJUS - 2 h



JSG
Elias

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

	<p>Palestra Gestão de Riscos - EJMSP - 2h Programa Servidor em Foco - O Poder do Entusiasmo e a força da Paixão para vencer os desafios do Mundo Moderno e do Trabalho - EJUS - 2h</p>
Elias Palma da Silva	<p>Licitações e Contratos - TCESP (7 horas)</p>
Jorgeana Souza dos Santos	<p>Pós Graduação: Gestão de Recursos Humanos – FAVENI - 420 horas Processo Eletrônico no Âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo – TCESP - 3 horas Apresentação Fase IV AUDESP – Módulo de Licitações e Contratos – Capital - TCESP - 3 horas Ciência, consciência, Espiritualidade e saúde no Ambiente de Trabalho – EJUS - 2 horas</p>
Luana Hopf Gomes Silva	<p>Ouvidoria e Transparência na Gestão Pública - TCESP - 04h Fiscalização de Contratos de Obras Públicas em Órgãos Estaduais - São Paulo - TCESP - 3h Licitações e Contratos - Gestão de Contratos - TCESP - 7h Palestra Gestão de Risco - TJM - 2h XIV Semana Jurídica - TCESP - 15h Lei de Acesso à Informação - IOB&MARCATO - 1h Regime Jurídico de Direito Administrativo - IOB&MARCATO - 1h Procedimento do Impeachment e Moralidade Administrativa - IOB&MARCATO - 1h Improbidade Administrativa - Curso EAD CNJ - 20h</p>
Luciany Lie Yanaguisawa	<p>Novo Acordo Ortográfico - CNJ - 10h Ciência, Consciência, Espiritualidade e Saúde no ambiente de trabalho - EJUS - 2h Os servidores da Justiça e o novo CPC - EJUS - 2h Processo Eletrônico - TCESP - 5h Como utilizar melhor seu cérebro: Transformando Possibilidades em resultados - EJUS - 2h I Seminário Ouvidoria e Transparência na Gestão Pública - TCESP - 4h Seminário Gestão de Pessoas no Setor Público - TCESP - 6h Palestra Gestão de Risco - TJM - 2h Programa cuide de sua mente - I Ciclo de Palestras - Assédio Moral no âmbito do serviço público - 6h Palestra Saúde e Bem-Estar - EJUS - 2h Improbidade Administrativa - Curso EAD CNJ - 20h</p>
Marcel Dias Ferraz	<p>Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Informática na Educação Conhecendo o Poder Judiciário e o Papel do CNJ - CEAJUD (CNJ) Palestra "Gestão de Riscos" (TJM/SP) Programa Cuide de sua Mente - O Assédio Moral no âmbito do Serviço Público (EJUS) Seminário Internacional Auditoria Governança e Accountability (TCE/SP)</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

<p>Marcelo Sanches Ramos</p>	<p>Curso Legislação aplicada à logística de suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e registro de preços (ENAP) Palestra "Fiscalização de Contratos de Obras Públicas em Órgãos Estaduais" (TCE/SP) Palestra "Gestão de Riscos" (TJM/SP) Palestra "Humanização no acolhimento e nas práticas do voluntariado: Contadores de histórias" (EJUS) Palestra "Licitações e Contratos" (TCE/SP) Palestra "Novembro Azul no Tribunal de Justiça de São Paulo" (EJUS) Programa Cuide de sua Mente - O Assédio Moral no âmbito do Serviço Público (EJUS) Seminário Internacional Auditoria Governança e Accountability (TCE/SP)</p>
<p>Maria Regina de Souza Szelbracikowski</p>	<p>Humanização no Acolhimento e nas Práticas do Voluntariado: Contadores de Histórias - EJUS - 2h Workshop TJ Sustentável - EJUS - 2h Como utilizar melhor seu cérebro: Transformando Possibilidades em resultados - EJUS - 2h Gestão de Pessoas no Setor Público - Escola Paulista de Contas Públicas - TCESP - 6h I Seminário Ouvidoria e Transparência na Gestão Pública - TCESP - 4h Seminário Nacional de Controle Externo dos RPPS - TCESP - 8h Palestra Tratamento x Cura - Prevenção e Detecção Precoce de Doenças - 2h Palestra Saúde e Bem-Estar - EJUS - 2h</p>
<p>Misael Moura Badega</p>	<p>Direito Administrativo - EJUS - 12h XIV Semana Jurídica - "O Poder Judiciário no Século XXI" - Ministro José Antonio Dias Toffoli - STF - TCESP - 8h Seminário Internacional Auditoria, Governança e Accountability - OCDE/OECD - TCE - 6h O Guia Secreto do PROCV - Cara do Excel - 2h Palestra "Humanização no Acolhimento e nas Práticas do Voluntariado: Contadores de Histórias" - EJUS - 2h</p>
<p>Nancy Nagata</p>	<p>Direito Constitucional - 15 h A Automotivação transformando vidas - GADE - MMDC - 8 h Licitações e Contratos - Gestão de Contratos - TCESP - 7 h Seminário Internacional Auditoria, Governança e Accountability - TCESP - 6h Palestra "Humanização no acolhimento e nas práticas do voluntariado: contadores de histórias" - 2 h Palestra "Ciência, consciência, espiritualidade e saúde no ambiente de trabalho" - 2 h Palestra do Ministro José Antonio Dias Toffoli - STF - XIV Semana Jurídica do TCE-SP - 2 h Palestra "Gestão de riscos" na Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo- TJMSP - 2 h Palestra "Outubro Rosa no TJESP" - 2 h</p>
<p>Patricia Harumi Ogata</p>	<p>A Automotivação transformando vidas - EJUS - 8h Seminário Internacional de Auditoria, Governança e Accountability - OCDE/OECD - TCESP - 6h</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

<p>Renato Yoshinobu Kuba</p>	<p>Licitações e Contratos - Gestão de Contratos - TCESP - 7 h Seminário Internacional Auditoria, Governança e Accountability - OCDE/OECD - TCE - 6h Palestra Gestão de Riscos - EJMS - 2h Treinamento em Alta Produtividade com a metodologia Getting Things Done – 8h II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário – 19h</p>
<p>Rosângela de Sousa Carmo</p>	<p>Curso Siafem, Siafem.Net, Almoxarifado e Patrimônio - Fazesp - 35 h Curso Introdução à Gestão de Processos - Enap - 20h Curso de Excel Avançado - Senac -20 h Curso Sigeo-Biee - Fazesp - 17,5h Curso de Direito Administrativo - EJUS - 12h Licitações e Contratos - Gestão de Contratos - TCESP - 7 h Seminário Internacional Auditoria, Governança e Accountability - OCDE/OECD - TCE - 6h Palestra Gestão de Riscos - EJMS - 2h Tratamento x Cura - Prevenção e Detecção Precoce de doenças- EJUS - 2h Como utilizar melhor seu cérebro: Transformando possibilidades em resultados - EJUS - 2h Palestra Programa Cuide de sua mente - Depressão - EJUS - 2h Palestra Construindo uma Tropa de Elite - Paulo Storani - 2h</p>
<p>Simone Patricio Grava</p>	<p>A Automotivação Transformando Vidas _ GADE MMDC - 8h Licitações e Contratos - Gestão de Contratos - TCESP - 7 h Programa Cuide de Sua Mente - I Ciclo de Palestras - O Assédio Moral no Âmbito do Serviço Público - EJUS - 6h Seminário Internacional Auditoria, Governança e Accountability - OCDE/OECD - TCE - 6h Curso Como Utilizar Melhor seu Cérebro: Transformando Possibilidades em Resultados - EJUS - 2h Programa Saúde Ocular - A Presbiopia (Vista Cansada) e os Avanços da Oftalmologia - EJUS - 2h Introdução ao Direito do Consumidor (Parceria ILB/ANATEL) - ILB - 40h Gestão de Risco - TJMS - 2h Programa Servidor em Foco - O Poder do Entusiasmo e a força da Paixão para vencer os desafios do Mundo Moderno e do Trabalho - EJUS - 2h</p>
<p>Sun Rei Ping</p>	<p>Licitações e Contratos - TCESP - 7h Workshop TJ Sustentável - EJUS - 2h XIV Semana Jurídica - TCESP - 4h Gestão Sustentável na Administração Pública - TCESP - 06h30 Palestra Gestão de Risco - TJM - 2h Introdução à Gestão de Processos - ENAP - 20h</p>



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
 Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-6509

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas atividades previstas no Plano Anual de Auditoria de 2016 não foram executadas em razão de auditorias especiais solicitadas pela E. Presidência deste Tribunal.

Os trabalhos extraordinários integram o Relatório de Atividades de 2016. O quadro abaixo detalha as atividades suprimidas e as que não foram previstas.

	Atividades não realizadas (Itens do PAA)	Atividades realizadas além das previstas
DCI 3	<ul style="list-style-type: none"> • 3.3.1 – Auditoria Operacional na aplicação da isenção de ICMS na aquisição de bens • 3.3.2 – Auditoria Operacional referente à ordem cronológica dos pagamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Auditoria Especial – Valores e Atestes contrato 323/2011 – Softplan (RA 27) • Auditoria Especial para apuração de diferenças remuneratórias das Planilhas de Formação de Preços x Folha de pagamento – Contrato 323/2011 – Softplan (RA 29/2016) ▪ 3.4.1 - Auditoria Operacional sobre tributo incidente no faturamento de serviço de TI: Inicialmente restrita a análise de dois processos que seriam utilizados como paradigmas para os demais casos, foi estendida a seis processos (RA 13/2016-A à RA 13/2016-F).
DCI 4	<ul style="list-style-type: none"> • 3.5.1 - Auditoria de Gestão em contratos de TI • 3.5.2 - Auditoria de Gestão nos sistemas de informação de primeiro grau • 3.5.3 - Ação Coordenada de Auditoria – CNJ – Tecnologia da Informação • 3.6.3 - Auditoria de Gestão em contratações emergenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditoria Especial nos contratos de aquisições das licenças Microsoft SQL Server Enterprise 2012 e Windows Server 2012 (RA 23/2016) • Auditoria Especial nos contratos relacionados à construção, manutenção e aparelhamento do Data Center localizado no fórum Hely Lopes Meirelles (RA 24/2016) • Auditoria Especial nos contratos 329/2013 e 373/2015, que tratam da prestação de serviços de Suporte Técnico Premier aos produtos da plataforma Microsoft (RA 25/2016) • Auditoria Especial no contrato referente ao suporte técnico de primeiro nível aos públicos interno e externo do TJ/SP (RA 26/2016) • Parecer acerca da proposta de aditamento do contrato nº 119/2013, relativo à prestação de serviços de apoio técnico especializados em arquitetura e engenharia.

363
[Handwritten signature]



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Diretoria de Controle Interno

Fórum João Mendes Jr. - sala 1904- (11) 2171-8509

São Paulo, 14 de dezembro de 2016.

Dulce
Dulce Toyoko Kuniyoshi
Coordenadora
DCI 2

Eleni Pazin
Eleni Pazin
Coordenadora
DCI 3

Douglas Alaor Franco Martins
Douglas Alaor Franco Martins
Coordenador
DCI 4

Renato Yoshinobu Kuba
Renato Yoshinobu Kuba
Diretor
DCI